

## Apresentação

**Como citar:** Apresentação. *In* : BRABO, T. S. A. M. (org.). **Mulheres, gênero e violência**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.7-11. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-636-7.p7-11>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## APRESENTAÇÃO

O Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania de Marília, ao longo de seus dezoito anos de atividades em Marília e região, tem promovido, além de projetos de extensão em escolas públicas, diversas ações visando discutir os problemas que afetam as mulheres e que comprovam a existência da desigualdade de gênero na sociedade. No âmbito da Universidade, além dos eventos científicos, temos o cuidado de trazer a temática tanto no Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Campus de Marília, quanto junto ao Grupo de Estudos e Pesquisa *Direitos humanos, gênero e cidadania*, do qual participam estudantes tanto do Curso de Pedagogia e do Curso de Ciências Sociais da Unidade quanto de outras Instituições de Ensino Superior da localidade. Entendendo o papel importante que tem a academia, através das pesquisas, no sentido de desvelar a realidade da vida em sociedade, permeada por resistências, avanços e re-cuos, podemos constatar a persistência da desigualdade para as mulheres, visível tanto na educação para a igualdade de gênero quanto nos índices de violência contra as mulheres.

Com o propósito de divulgar o resultado de investigações das renomadas pesquisadoras que participam desta coletânea, pretendemos contribuir para o avanço do conhecimento acerca da violência de gênero em suas diferentes manifestações. Para tanto, os textos versarão sobre as políticas de combate à violência contra as mulheres no Brasil, na Espanha, em Portugal e no México, com especial olhar sobre a educação para a igualdade de gênero para que possamos conhecer as experiências que têm tido resultados positivos sem perder de vista a diversidade de *ser mulher*

(negras, com deficiência, jovens, presas e as lesbianas) com o objetivo de aprofundar o debate sobre os estudos de gênero e sobre o papel dos movimentos feministas apontando sua influência tanto na legislação, quanto nas políticas dentre elas as educacionais para a superação de preconceitos e discriminações.

Discutiremos, assim, o grave problema social que ainda hoje constatamos nas sociedades contemporâneas, a violência doméstica, que sobrevive nas sociedades democráticas nas quais os direitos humanos são pressupostos e a violência contra a mulher é considerada crime. Ressaltamos que a violência é um atentado aos direitos humanos das mulheres. Concebendo que a educação tem um papel essencial para a desconstrução de preconceitos e do sexismo também responsáveis pela violência de gênero, parte dos textos versarão sobre as pesquisas atuais desenvolvidas tendo como objeto a educação para a igualdade de gênero.

Nesta perspectiva, na primeira parte intitulada *Mulheres, gênero e violência*, o capítulo um aborda *Violência e violências sobre as mulheres: auscultando lugares para uma democracia “outra” mais autêntica*, no qual Eunice Macedo discute as *violências sobre as mulheres* mostrando as diferentes formas de discriminação cruzada a que as mulheres estão sujeitas, tanto na sociedade em geral quanto no contexto familiar, que põem em risco a vivência democrática.

No capítulo dois, *Mujeres, Género y violencia, una visión nacional: el caso de Mexico*, Julia del Carmen Chávez Carapia reflete sobre as grandes contradições, sobre as crises estruturais, as enormes diferenças sociais e econômicas a que as mulheres estão sujeitas no México, que acentuam ainda mais a exclusão das mulheres do desenvolvimento social.

Na sequência, no capítulo três, Maria Amélia de Almeida Teles, em *Navegar é preciso, para as políticas públicas chegarem até as mulheres!*, apresenta as constatações da situação das mulheres em nove municípios da região marajoara, em pesquisa realizada para verificar a situação da violência doméstica e levantar dados sobre a aplicação da Lei Maria da Penha,

O capítulo quatro, intitulado *Identidade e Gênero: reflexões sobre feminismos e o pensamento de Alain Touraine*, de Vagner Matias do Prado, Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi e Arilda Ines Miranda Ribeiro dis-

corre sobre os estudos feministas pós década de 1980 e o pensamento de Alain Touraine, que atribui às mulheres a condição de sujeitos de transformação social. Propõem dar visibilidade a novas possibilidades de compreensão teórica sobre a constituição dos sujeitos apontando o papel da educação na formação humana crítica e transformadora.

A segunda parte discute *Novas/velhas formas de violência contra a mulher: diversidade sexual, deficiência e etnia*. No capítulo cinco, *Maria de Fátima Salum Moreira, Taluana Laiz Martins Torres e Danielle Berbel Leme de Almeida refletem sobre Direitos reprodutivos, violência e humanização do parto: implicações em projetos para a educação em sexualidade na juventude*, discorrendo sobre os marcos dos direitos reprodutivos, a violência obstétrica e o parto humanizado apontando a importância deste tema ser contemplado nos projetos educacionais voltados à sexualidade dos(as) jovens.

No capítulo seis, *Mulheres com Deficiência e Direitos Humanos?* Mary da Silva Profeta e Nara Francieli Maldonado desvelam as violências que são vivenciadas pelas mulheres com deficiência, agravadas pelos fatores etnia, religião, classe social, entre outros.

O capítulo sete, de Érika Cecília Soares Oliveira, *Entre Riobaldo e Diadorim: discussões sobre sexo, gênero e sexualidade*, discute estes temas mostrando que outras áreas do conhecimento podem ajudar a Psicologia, inclusive para o tratamento de pessoas vítimas de violência, ao realizar o entrelaçamento das diversas formas artísticas, através da literatura, do teatro ou do cinema.

No capítulo oito, intitulado *As presas brasileiras e estrangeiras no Brasil: algumas considerações*, Tereza Cristina Albieri Baraldi analisa o sistema prisional brasileiro sob a perspectiva de gênero e apresenta resultado de pesquisa que mostra a situação social das presas estrangeiras no Brasil. Considera que a questão da mulher encarcerada, ainda pior para as estrangeiras, é invisível aos olhos da sociedade civil e do Poder Público, por meio dos órgãos governamentais responsáveis pela execução penal.

A terceira parte, tem como objetivo relacionar *Educação, gênero e violência*. No capítulo nove, Maria José Chisvert, apresenta dados da realidade espanhola, em *Discursos, políticas e investigaciones sobre violencia, educación y género en el contexto español*. Apresenta avanços na legislação

daquele país e relembra o papel dos movimentos feministas e de defesa dos direitos homossexuais dando visibilidade ao conflito baseado nas relações de gênero ao questionar a masculinidade hegemônica.

No capítulo 10, Maria Custódia J. Rocha retrata novas formas de violência contra a mulher, apresentando constatações de pesquisa realizada via web. Em *Socializações Generizadas e Novas Formas de Violência sobre as Mulheres – O caso do Facebook faz uma reflexão sociológica em torno do conceito de socialização com o objetivo de problematizar uma série de conteúdos digitais (imagens e discursos) constitutivos de formas de socializações generizadas*. Ressalta que tais socializações resultam de vivências e relações que são marcadas por formas estereotipadas sobre o que se entende por feminino e/ou masculino e que as mesmas têm manifestações concretas nos comportamentos sociais, em detrimento das mulheres.

O capítulo onze, de *Maria Eulina Pessoa de Carvalho, versa sobre Relações de gênero e violências na escola: da compreensão à superação. Nele, a autora parte da constatação de que várias formas de violências ocorrem na escola apontando que a compreensão da relação entre reprodução das relações de gênero e reprodução da violência é requisito para a intervenção pedagógica na perspectiva da prevenção. Considera que a relação entre violência escolar e gênero requer atenção das políticas e práticas curriculares visando à construção de uma cultura de paz, justiça, convivência fraterna e equidade de gênero além de proporcionar o aprendizado de formas de masculinidade não-violenta*.

O capítulo doze aborda *Violência sexual contra criança e adolescentes e o protagonismo d@s docentes na interrupção do ciclo da violência*. Neste, a autora Teresa Cristina Albieri Baraldi, afirma que este é um crime que, apesar das garantias constitucionais e de toda legislação que trata dos direitos de crianças e dos jovens, estabelecendo mecanismos de prevenção e repressão a este tipo de violência, o que se constata pelos meios de comunicação são inúmeras violações a tais direitos principalmente violações de cunho sexual e criminoso.

Discorrendo sobre *Identidade e imagem feminina na escola: o papel do feminismo contra a violência simbólica e outras*, no capítulo treze, finalizamos aqui as reflexões esperando continuar o debate, afirmando o que

acreditamos e que a literatura feminista além do que revelam as pesquisas têm desvelado. Se a escola não se preocupar com a questão de gênero, se continuar a invisibilidade da questão da mulher e das relações sociais de gênero no ambiente escolar e nos cursos de formação seja inicial ou continuada, continuaremos a assistir, dentre outros problemas, à reprodução da violência contra a mulher.

Esperamos, com as questões aqui ressaltadas, que possamos contribuir tanto para novas pesquisas quanto para o repensar de políticas e de ações que levem à transformação desta realidade na qual a violência contra as mulheres ainda constitui-se num grave problema social. É o que o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania de Marília deseja, nos seus dezoito anos de existência, tem promovido eventos, projetos de extensão e pesquisa visando contribuir para que os direitos humanos das mulheres sejam realmente conhecidos, vivenciados e respeitados.